

INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR (2020/2021)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Sociologia

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Docente: Hugo Ferrinho Lopes

Contacto: hugo.f.lopes@ubi.pt

Atendimento presencial: segundas-feiras das 15h00 às 16h00, ou qualquer outro dia e hora, mediante confirmação prévia.

Gabinete: 1.12

CRONOGRAMA

Horário: segundas-feiras (11h00-12h45) e terças-feiras (14h00-15h00)

6 ECTS = 168h

Número total de aulas: 25

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A UC tem o objetivo de identificar o sistema político e a natureza dos fluxos de poder no seio da teia institucional da União Europeia, bem como as idiossincrasias na relação bilateral e multilateral entre a União e os Estados-membros e os níveis múltiplos de competências e de atribuições em matéria de políticas públicas. Esta unidade curricular proporciona uma base teórica e prática consistente que habilita os discentes a analisarem o desenvolvimento e

o funcionamento da EU como um sistema político; explicar o funcionamento das suas instituições; identificar o processo de elaboração e implementação das políticas comunitárias; para compreenderem o sistema político da União Europeia; entender a dinâmica do processo de integração económica e política europeia; dominar os conceitos e o vocabulário técnico característico da disciplina de estudos europeus.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

I. Teorias políticas da integração europeia

- 1.1. Neofuncionalismo
- 1.2. Intergovernamentalismo
- 1.3. Neoinstitucionalismo
- 1.4. Construtivismo
- 1.5. Governação multinível

II. Sistema político da União Europeia

- 2.1. Comissão Europeia
- 2.2. Conselho Europeu
- 2.3. Conselho da União Europeia
- 2.4. Parlamento Europeu
- 2.5. Tribunal de Justiça
- 2.6. Banco Central Europeu
- 2.7. Serviço Europeu de Ação Externa
- 2.8. Alto Representante da União Europeia para a Política Externa

III. Evolução do processo de integração e ordenamento jurídico

- 3.1. Fontes do Direito Europeu
- 3.2. O Tratado de Maastricht: a conclusão do Mercado Interno como trampolim para a integração política
- 3.3. O Tratado de Amesterdão: do mercado interno ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça
- 3.4. Tratado de Nice: reformas institucionais
- 3.5. Tratado de Lisboa: Um Novo Tratado para uma Nova Europa?

IV. As políticas da União Europeia

- 4.1. As políticas originárias
 - 4.1.1. A união aduaneira e as quatro liberdades

- 4.1.2. O regime de concorrência
- 4.1.3. As políticas de transportes e agrícola
- 4.1.4. A política comercial exterior
- 4.2. As políticas não previstas no tratado CEE
 - 4.2.1. As políticas da união económica
 - 4.2.2. As políticas da união monetária
 - 4.2.3. A política externa e de segurança
 - 4.2.4. A política de justiça e assuntos internos
 - 4.2.5. Políticas aprofundadas ou criadas pelo Tratado de Lisboa

RESULTADOS DA APRENDIZAGEM

Os discentes deverão ser capazes de descrever as principais fases da integração europeia, enquadrando este processo nas diferentes perspetivas teóricas e concetuais; de analisar o desenvolvimento e a orgânica funcional dentro da teia de poderes e competências que constituem o sistema político da UE; descrever e analisar criticamente o funcionamento das suas instituições; explicar o processo de elaboração e implementação das políticas comunitárias; compreender como se articula a política externa da União; demonstrar competências de reflexão, argumentação e debate substantivo que lhes permita entender o funcionamento e posicionamento da UE como organização e ator global.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

1. Hix, Simon & Bjorn Hoyland (2011). *Political System of the European Union*. 3rd ed. rev. Houndmills: Palgrave MacMillan.
2. Nugent, Neill (2017). *The Government and Politics of the European Union*. 8th ed. Houndmills: Palgrave MacMillan.
3. Abreu, Joana & Liliana Domingues Reis (2020). (orgs.). *Instituições, Órgãos e Organismos da União Europeia*. Coimbra: Almedina.
4. Cini, Michelle & Nieves Pérez-Solórzano Borragán (2016). (eds.). *European Union Politics*. 6th ed. Oxford: Oxford University Press.
5. Wallace, Helen, Mark A. Pollack & Alasdair R. Young (2015). (eds.). *Policy-making in the European Union*. USA: Oxford University Press.
6. Rosamond, Ben. 2000. *Theories of European Integration*. Houndmills: Palgrave MacMillan.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

1. Beach, Derek. 2005. *The Dynamics of European Integration: Why and When EU Institutions Matter*. Houndmills: Palgrave MacMillan.
2. Bindi, Federiga, e Irina Angelescu, eds. 2012. *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*. 2a ed. Washington: Brookings Institution.
3. Bomberg, Elizabeth, et al. 2008. *The European Union: How Does it Works?* 2a ed. Oxford: Oxford University Press.
4. Buonanno, Laurie, e Neil Nugent. 2013. *Policies and Policy Processes of the European Union*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
5. McCormich, John. 2008. *Understanding the European Union: A Concise Introduction*. 4a ed. Houndmills: Palgrave Macmillan.
6. Smith, Michael E. 2004. *Europe's Foreign and Security Policy: The Institutionalization of Cooperation*. Cambridge: CUP.
7. Camisão, Isabel e Luís Lobo-Fernandes (2006). *Construir a Europa. O processo de integração entre a teoria e a história*. Cascais: Principia.
8. Costa, Bruno Ferreira (2019). *Quo Vadis Europa*. Lisbon: Sílabo.
9. Dinan, Desmond (2014). (ed.). *Origins and evolution of the European Union*. Oxford: Oxford University Press.
10. Campos, João Mota, João Luiz Campos & António Pinto Pereira (2014). *Manual de Direito Europeu. O sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*, 7.ª ed., Coimbra: Woters Kluwer e Coimbra Editora.
11. Versluis, Esther (2011). *Analysing the European Union Policy Process*. New York: Palgrave MacMillan.
12. Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República (2009). *Tratado de Lisboa. Versão Consolidada*. Lisbon: Assembleia da República & Ministério dos Negócios Estrangeiros.
13. http://europa.eu/index_pt.htm

METODOLOGIAS DE ENSINO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A nota final (pauta de classificação-aprendizagem) vale 100% (20 valores) e é apurada de acordo com os seguintes elementos de avaliação e respetivas ponderações:

- Avaliação por frequência: 40% (8 valores)
- Exercício prático: 20% (4 valores)
 - Esta componente deverá seguir as recomendações do **Guia dos Exercícios Práticos**
- Trabalho escrito: 40% (8 valores)
 - Esta componente de avaliação carece de **projeto** enviado ao docente até **30 de novembro**, de acordo com o **Guia do Trabalho Escrito**: título, subtítulo (se existente), resumo (máx. 200 palavras), breve estado da arte (máx. 350 palavras), sumário de missão (máx. 6 tópicos) e bibliografia principal e secundária (máx. 10 no total)
 - O trabalho final deve conter até **5000** palavras, estar devidamente referenciado e de acordo com as normas de formatação gráfica de apresentações de dissertações de 2.º ciclo da UBI e ser enviado em formato Docx ou PDF
 - Prazo para envio do trabalho final: **10 de janeiro de 2021**

Conduta académica imprópria e violação dos deveres gerais dos estudantes, nomeadamente fraude académica e plágio, inviabilizam a avaliação à UC e levam à reprovação liminar, nos termos do artigo 134.º do Regulamento Académico da UBI.

Avaliação de trabalhadores-estudantes, estudantes com aulas sobrepostas e casos em que os discentes se encontrem fora do país ou apresentem atestado médico:

- Trabalho final: 100%

PRINCÍPIOS GERAIS

1. São admitidos a exame os estudantes que: na avaliação periódica, tenham obtido classificação final inferior a 10 valores (“Reprovado”); não tenham realizado os elementos de avaliação periódica (“Faltou”).

2. Todos os alunos que obtenham uma classificação igual ou superior a 10 valores estão dispensados da ida a exame. Caso se apresentem a exame para melhoria da classificação, contará sempre a nota mais alta
3. Não existe assiduidade obrigatória. Não obstante, a participação (construtiva) nas aulas será considerados como fatores de arredondamento positivo da classificação final.